

Ano XXVI nº 6660 – 19 de setembro de 2022

Denúncias de assédio sexual na Caixa seguem sem solução

Daqui a 09 dias (28/09), se completam três meses que as denúncias de assédio sexual contra Pedro Guimarães estouraram na imprensa. O escândalo, que causou a queda do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, no entanto, levou apenas a processos disciplinares internos contra um ex-vice-presidente e um burocrata do administrativo. Pedro Guimarães e outros figurões do banco envolvidos ainda nada sofreram.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, lembra que, no Brasil, o assédio sexual é crime, definido no artigo 216-A do Código Penal, que prevê a pena de detenção de um a dois anos.

“Assim como fazemos com todos os empregados e empregadas, defendemos o direito de ampla defesa nos processos disciplinares da Caixa. Mas, se apurada e comprovada a culpa, não se pode ‘passar a mão na cabeça’ somente porque trata-se de um ex-presidente do banco. Se é culpado, deve responder na Justiça comum pelo que fez, uma vez que o assédio sexual é um crime com pena prevista no Código Penal”, disse o presidente da Fenae. “Além disso, a legislação trabalhista também prevê indenização para reparação do dano causado às vítimas”, completou.



Privatização de bancos públicos leva a demissões e desmonte de planos de saúde e previdência

O resultado das privatizações do Banco do Estado do Paraná (Banestado) e do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) comprovam o alerta dos movimentos de trabalhadores que lutam para afastar os riscos de privatização do Banco do Brasil e de outras importantes empresas públicas.

“Perdas de direitos, demissões em massa, desmonte dos planos de saúde e de previdência complementar. Esses foram os resultados das privatizações do Banestado e do Banespa, prestes a completarem 22 anos agora, em outubro e em novembro”, lembra o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e membro do Comitê de Luta em Defesa do Banco do Brasil, João Fukunaga. “Ou seja, além de não resultarem no tão prometido aumento de investimentos, expansão econômica e modernização, as vendas que sepultaram as duas empresas destruíram direitos dos funcionários incorporados aos bancos compradores”, completa.

“O processo de privatização em si é muito estressante. A empresa precisa desmoralizar-se e quebrar a confiança dos empregados no futuro da instituição”, explica o ex-funcionário do Banestado e ex-presidente da CUT Paraná e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Beto von der Osten, o Betão.

Ele lembra que, três anos antes da privatização, em 1997, a então diretoria do Banestado, orientada pelo governo estadual, avisou aos funcionários que a empresa passava por uma grave crise financeira. “Na ocasião, o banco contava com mais de 12 mil empregados. No final do ano, a Assembleia Legislativa do estado aprovou uma lei para sanear o banco e foi aberta uma sala de dados para informação da real situação da empresa para interessados na sua compra”, destaca. Em 1999, a empresa pública foi submetida a dois programas de demissão voluntária que reduziram o número de funcionários para 8 mil.

No processo para sanar as dívidas, o Estado do Paraná desembolsou R\$ 5,1 bilhões pelo Banestado, em valores da época, para depois entregar a instituição por apenas R\$ 1,6 bilhão, em outubro de 2000, por leilão ao banco Itaú. Dois anos após a privatização, 76% das agências que antes eram do Banestado estavam encerradas. Em 2019, restavam apenas 500 funcionários oriundos do banco público na folha de pagamento do Itaú.

Santander: Adicional do VA será pago dia 30

O banco Santander respondeu à solicitação do movimento sindical e vai adiantar para o dia 30 de setembro o pagamento do adicional de R\$ 1.000,00 de vale alimentação (VA), conquistado na Campanha Nacional dos Bancários deste ano e que poderia ser creditado até o final de outubro. No mesmo dia, o banco pagará a 1ª parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), como noticiado anteriormente, e as remunerações variáveis do primeiro semestre, além dos salários já reajustados em 8%.